



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7018 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O (NOVO)FUNDEB E A EDUCAÇÃO INFANTIL: SENTIDOS EM DISPUTA?

Fabiana Nery de Lima Pessanha - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **O (NOVO)FUNDEB E A EDUCAÇÃO INFANTIL: SENTIDOS EM DISPUTA?**

Este resumo apresenta uma pesquisa em andamento, em nível de doutorado, cujo objetivo principal é investigar os efeitos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) nas políticas para a educação da primeira infância. O tema é abordado a partir da problematização dos sentidos em disputa em torno do direito à educação das crianças de 0 a 3 anos, com destaque para a tramitação, em curso, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 15/2015, atual PEC n. 26/2020, tendo em vista a proximidade do fim do período de vigência do Fundo.

O estudo em tela trata de um esforço para enfatizar a dimensão política na gestão do (Novo) FUNDEB e suas implicações no atendimento educacional às crianças de 0 a 3 anos, em São Gonçalo, município localizado na periferia da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, e que tem sofrido impactos dramáticos tanto na saúde quanto na economia e educação, com a pandemia da Covid-19. Registra-se que a população estimada no município de São Gonçalo, para o ano de 2020, é de mais de 1 milhão de pessoas (IBGE, 2020), o que o posiciona como o segundo município do estado, em termos do contingente populacional, atrás, apenas, da capital.

A perspectiva teórico-metodológica ancora-se no estudo de caso, em articulação a um conjunto de fatores, tais como demográficos, políticos, históricos, econômicos e institucionais, na especificidade do microcontexto gonçalense, objetivando destacar suas particularidades, em diálogo com o cenário local, nacional e internacional. O estudo de caso permite a incorporação de abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, bem como de diversos procedimentos de investigação, tais como observação, coleta de dados, entrevistas e análise documental.

A pesquisa evidencia os diferentes sentidos em disputa (CORREA, 2019) nos planos político e epistêmico, historicamente presentes na educação da primeira infância, dentre os quais destacam-se: o assistencialismo, as teorias desenvolvimentistas e do capital humano, o direito público e o conservadorismo. No que tange às políticas de financiamento, pretende-se discutir o atual modelo político-institucional de organização e financiamento da Educação Básica; a previsão legal do regime de colaboração; a histórica inexpressividade da União no financiamento da Educação Básica e os processos de descentralização e municipalização do ensino.

As políticas educacionais para a primeira infância brasileira, historicamente, marcadas

por modelos assistencialistas e a ausência da atuação do poder público estatal (ROSEMBERG, 2003) são alguns fatores responsáveis pela manutenção dessa etapa educacional à margem das políticas de financiamento (CAMPOS; BARBOSA, 2018). Entretanto, destaca-se a inegável conquista da incorporação da Educação Infantil ao FUNDEB, em 2006, marcada pela militância dos profissionais, estudiosos e movimentos de mulheres, com destaque ao Movimento Nacional “Fraldas pintadas” (CANAVIEIRA; PALMEN, 2015). Contudo, o advento de um estatuto social, político e jurídico, bem como a inserção da Educação Infantil nas políticas de financiamento não foram suficientes para a universalização do atendimento ao direito educacional das crianças pequenas, especialmente as de 0 a 3 anos.

A despeito da importância do FUNDEB, principalmente para os municípios com baixa capacidade de arrecadação (FARENZENA; LUCE, 2014), a Prefeitura de São Gonçalo, *locus* empírico da pesquisa, apresentava, em 2011, em termos percentuais, a menor rede municipal de Educação Infantil do estado do Rio de Janeiro, e a maior rede privada, que ainda permanece majoritária, no município (DAVIES, 2015). A população gonçalense de 0 a 3 anos, em 2014, era de 47.821 crianças, aproximadamente (SÃO GONÇALO, 2015), diante do registro de 801 matrículas em creches municipais (INEP, 2014), revelando a contrastante parcela desse segmento historicamente excluída das políticas públicas educacionais.

Em 2018, o município gonçalense registrava 1.106 matrículas em creches da rede pública municipal, contra 4.951 na rede privada (INEP, 2018). Esses dados mostram a insuficiência no atendimento ao estabelecido no Plano Municipal de Educação (PME) (SÃO GONÇALO, 2015), para o decênio de 2015-2024, que prevê, em sua meta 1, “ampliar a oferta [...] em creches de forma a atender, no mínimo, 70% das crianças de até 3 anos até o terceiro ano do início da vigência deste PME” (SÃO GONÇALO, 2015). No ano de 2019, a rede municipal registrou 1.148 matrículas na creche, contra 5.061 na rede privada (INEP, 2019).

Atualmente, o FUNDEB encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, cuja PEC n. 15/2015, a despeito dos golpes e da inércia do governo federal no diálogo com a sociedade civil, foi recentemente aprovada na Câmara dos Deputados. No novo texto, o FUNDEB se torna permanente, inclui o conceito de Custo Aluno-Qualidade (CAQ), aumenta o aporte da União para 23% e passa a ser mais redistributivo. Porém, a substitutiva PEC 26/2020, após recente aprovação no Senado Federal, aguarda regulamentação, continuando indefinidas, portanto, as condições econômicas e políticas que determinarão o Fundo. Os desdobramentos deste cenário requerem aprofundamento, conforme anunciado no objetivo da presente pesquisa.

Como resultados parciais, a pesquisa vem revelando o privatismo, o atendimento não-formal, caracterizado por creches domiciliares e serviços de mães crecheiras (DELGADO, 2003), e a presença majoritária de matrículas em creches comunitárias, conveniadas com a prefeitura, como fortes expressões do atendimento às crianças gonçalenses, de 0 a 3 anos. Destaca-se, ainda, o Programa do governo federal “Criança Feliz”, assentado no atendimento doméstico, com baixo custo, do qual o município é signatário desde o ano de 2016, o que, entre outras questões, evidencia o caráter assistencial e antiuniversalizante das políticas em disputa no município.

**Palavras-chave:** Financiamento da educação. (Novo) FUNDEB. Primeira infância. Creche. Município de São Gonçalo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. INEP. *Censo Escolar*. 2014.

BRASIL. MEC. INEP. *Censo Escolar*. 2018.

BRASIL. MEC. INEP. *Censo Escolar*. 2019.

CAMPOS, R.; BARBOSA, M. C. S. O mito de Sísifo e a Educação Infantil: inconformismo, resistência e luta. In: ABRAMOWICZ, A.; HENRIQUES, A. C. (orgs). *Educação Infantil: A luta pela Infância*. Campinha, São Paulo: Papirus, 2018.

CANAVIEIRA, F. O.; PALMEN, S. H. de C. Movimentos Sociais e a luta pela educação infantil. In: GEPEDISC – Linha Culturas Infantis. *Infâncias e Movimentos Sociais*. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

CORREA, B. Educação na primeira infância: direito público x capital humano. In: CASSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIES, N. A relação entre União, estados e municípios na educação: colaboração, subordinação ou omissão/irresponsabilidade compartilhada? In: ALVARENGA, M. S. de; TAVARES, M. T. G. (orgs.). *Poder Local e Políticas Públicas para Educação em periferias Urbanas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2015.

DELGADO, A. C. C. *Toma-se conta de crianças: os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2003.

FARENZENA, N.; LUCE, M. B. Políticas públicas de educação no Brasil: reconfigurações e ambiguidades. In: MADEIRA, L. M. (org.). *Avaliação de políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. (Capacidade Estatal e Democracia).

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2020.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. *Pro-Posições*, v.14, n.1 (40), p.177-194, jan./abr.2003.

SÃO GONÇALO. Plano Municipal de Educação de São Gonçalo 2015-2024. V Conferência Municipal de Educação. Adequação do Plano Municipal para 2015-2024; São Gonçalo, *Diário Oficial Eletrônico (DOE)*, 08 dez. 2015.